

A instrumentalização da paisagem pelo turismo: o caso da Serra Fina – Sudeste do Brasil

Luiz Henrique de Oliveira Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



The instrumentalization of the landscape by tourism: the case of Serra Fina – Southeast of Brazil

RESUMO

Objetivo da Investigação: O presente artigo tem como objetivo debater a turistificação da paisagem como um processo de instrumentalização, invertendo a lógica da paisagem como um fim e a considerando como um meio.

Metodologia: Para chegar ao objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica para alinhar conceitos entre Geografia e Turismo para conseguir trabalhar uma abordagem transdisciplinar. Desta forma, são debatido: o conceito de turismo e suas propostas de abordagem, as paisagens em uma perspectiva complexa e polissêmica e a instrumentalização e a racionalização do espaço. No estudo de caso da Serra Fina, um conjunto de elevações localizadas no sudeste do Brasil e com estrutura de paisagem rara, busca-se, através da narrativa de fatos vivenciados e de estudos já realizados sobre a área, apresentar a relação de apropriação do espaço pela atividade turística.

Resultados: A conclusão é que um discurso da modificação das paisagens pelo turismo tende a se embasar na perspectiva de um interesse difuso, de que será bom para todos, mas é ético ser sincero e deixar claro que a paisagem será submetida a uma outra lógica e a uma outra racionalidade e, conseqüentemente, mudanças vão ocorrer e levarão ao estabelecimento de novas relações, que alterarão em vários níveis e escalas as relações de cada indivíduo com a localidade. A questão não é puramente a relação com o turismo, mas quando uma ótica hegemônica e globalizante domina e abstrai as relações de produção e de reprodução das paisagens criando novos significados aos objetos e simulacros.

Originalidade/Valor: Espera-se que este trabalho sirva como um exemplo para uma busca por abordagem transdisciplinar que envolva diversos campos da ciência.

Palavras-chave: Paisagem; Turistificação; Instrumentalização; Hegemonização dos espaços. Mantiqueira.

ABSTRACT

Research Purpose: This article aims to debate landscape tourism as a process of instrumentalization, inverting the logic of landscape as an end and considering it as a means.

Methodology: To reach the objective, a bibliographical review was carried out to align concepts between Geography and Tourism in order to work on a transdisciplinary approach. In this way, the concept of tourism and its proposed approaches, landscapes in a complex and polysemic perspective and the instrumentalization and rationalization of space are debated. In the case study of Serra Fina, a set of elevations located in the southeast of Brazil and with a rare landscape structure, we seek, through the narrative of experienced facts and studies already carried out on the area, to present the relationship of appropriation of the space by tourist activity.

Findings: The conclusion is that a discourse on the modification of landscapes by tourism tends to be based on the perspective of a diffuse interest, that it will be good for everyone, but it is ethical to be sincere and make it clear that the landscape will be subjected to another logic and a another rationality and, consequently, changes will occur and will lead to the establishment of new relationships, which will alter the relationships of each individual with the locality at various levels and scales. The issue is not purely the relationship with tourism, but when a hegemonizing and globalizing perspective dominates and abstracts the relations of production and reproduction of landscapes, creating new meanings for objects and simulacra.

Originality/Value: It is hoped that this work will serve as an example for a search for a transdisciplinary approach that involves different fields of science.

Keywords: Landscape; Touristification; Instrumentalization; Hegemonization of spaces; Mantiqueira.

1. Introdução

O turismo é uma atividade econômica muito estudada pela Geografia e que tem buscado uma liberdade epistemológica associada às disciplinas de ciências sociais aplicadas mais ligadas à administração e à gestão de processos. A abordagem do turismo pelo Turismo¹ e pela Geografia tem observado aspectos e questões diferentes do fenômeno. Enquanto a Geografia avalia modificações espaciais, o Turismo avalia propostas de planejamento e de gestão. Natural, ao se pensar que uma disciplina não é proprietária de um determinado recorte ou objeto, apenas uma perspectiva científica que abrange um ponto de vista. Não é ponto de vista no sentido comum e banal, mas a consideração de cada olhar sobre objetos e ações.

Assim, as emergentes discussões sobre transversalidade evocam a necessidade de desenvolvimento de uma perspectiva complexa que avalie os objetos em sua totalidade, que considere as mais variadas abordagens e crie uma perspectiva multiescalar e multiespacial. Uma superação dos modelos sistêmicos processuais e que possibilite a interação de fatores em múltiplos níveis (Morin, 1990; 1997).

O presente artigo surge nesse contexto. Mesmo com um conceito de paisagem estabelecido pelo Turismo e bem delimitado a nível de metodologias de estudo na Geografia, há a necessidade da elaboração de uma nova perspectiva de paisagem para transformar a abordagem em um termo mais possível. A proposta é avaliar a paisagem como um complexo e usar a categoria para compreender o processo de turistificação, aderindo, ainda, o conceito filosófico de instrumentalização para compreendê-lo, não como uma paisagem finalizada, mas como um meio de alcançar algo, no caso, o desenvolvimento do capital.

Após definir o procedimento de pesquisa, o artigo traz tópicos sobre: o conceito de turismo e suas propostas de abordagem; as paisagens em uma perspectiva complexa e polissêmica; a instrumentalização e a racionalização do espaço. Para exemplificar, há o exemplo do caso da Serra Fina, um conjunto de elevações na região sudeste do Brasil que se destaca como destino para a atividade turística em áreas naturais e tem enfrentado alguns problemas relacionados com a sua utilização de forma desordenada. A localidade está buscando soluções para resolver os problemas e integrar os interesses turísticos com os da sociedade.

Além disso, como justificativa, busca-se levar a comunidade científica, os administradores, os planejadores e os gestores do turismo a refletirem sobre o processo de turistificação, a questionarem e a refletirem, em um contexto ético, as suas formas de abordagem, de pensar e de justificar o processo como algo voltado ao bem coletivo e aos interesses difusos. A prática de transformar um lugar em turístico é um processo de instrumentalização, ou seja, é um meio para se conseguir um fim. Assim, como todo processo realizado pela técnica, há um fim que é definido por uma pessoa ou um grupo, e, conseqüentemente, busca atingir um

¹ Reparar que quando “Turismo” é escrito com a primeira letra em maiúsculo está se referindo ao campo de estudo e quando é escrito com letra minúscula está se referindo à atividade.

objetivo para quem pensa, planeja e executa. Mesmo que, no papel, haja a defesa de termos como crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural, as alterações na paisagem criam novos sentidos e significados para as pessoas. Não que o presente artigo defenda teologismo ou utilitarismo, mas a elaboração de um espírito capitalista tomado pelo *Homo Faber* que tende a transformar tudo em instrumentos, desde objetos até a ações.

2. Procedimento metodológico

O presente artigo tem como objetivo apresentar o processo de turistificação como um meio e não um fim. Isto pode ser abordado como uma consequência natural de um processo antrópico. Porém, a ideia aqui é justamente o contrário. Defender que o processo de transformação de um lugar em turístico é parte de uma racionalização espacial que é transformado pela técnica e com intencionalidade. As paisagens se tornam um meio para alcançar um fim de acordo com o capitalismo.

Nessa perspectiva, para se chegar a esse resultado, foi realizada uma revisão de literatura para alinhar ideias e conceitos que pairam entre a Geografia e o Turismo. A primeira parte busca estabelecer uma conceituação sobre o que é turismo e descrever a potencialidade da disciplina através de uma perspectiva que transcenda a delimitação do capitalismo. A segunda parte traz o conceito de paisagem de uma forma polissêmica e complexa, a terceira parte traz o conceito de instrumentalização em Hannah Arendt e debate a racionalização do espaço em Milton Santos. A proposta é, no final do artigo, conseguir justificar o processo de turistificação como um processo de instrumentalização da paisagem.

Assim, no estudo de caso da Serra Fina busca-se, através da narrativa de fatos vivenciados e de estudos já realizados sobre a área, apresentar a relação de apropriação do espaço pela atividade turística. Muitas informações se perdem por falta de trabalhos que tomem as narrativas como metodologia. A região tem muitas informações pautadas em mídias sociais, revistas e jornais, mas carece de registros acadêmicos, que avaliem a situação por uma perspectiva científica. A troca de narrativas e de estudos de caso é fundamental para o intercâmbio de experiências entre planejadores, gestores e cientistas das áreas relacionadas, pois, além do registro das perspectivas momentâneas, permite avaliar e embasar trabalhos futuros.

3. A abordagem capitalista do turismo pelo Turismo

Segundo Nunes (2017), a atividade turística teve início com as primeiras viagens agenciadas na Inglaterra tendo como público-alvo a alta burguesia. A primeira atividade foi uma viagem turística em 1841, quando o inglês Thomas Cook fretou um trem para levar um grupo de 578 pessoas para um congresso antialcoolismo (Ignarra, 2002). Após a Segunda Guerra Mundial, a atividade se tornou uma alternativa para a recuperação das economias devastadas pela guerra na Europa, que, por um lado, leva dinheiro sem consumir um produto tangível, por outro, tinha que resolver o problema de como a crescente demanda deixou profundas marcas nas paisagens. Muitos

lugares passam a sofrer com a modificação e a degradação do seu lugar (Dias & Aguiar, 2002).

A modificação do espaço chamou a atenção de vários pesquisadores de várias áreas que buscaram definir e conceituar o que era a atividade turística, como, por exemplo, a definição de De La Torre:

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa, nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (De La Torre as cited in Ignarra, 2002, p.24).

De forma geral, a OMT (Organização Mundial do Turismo) define o turismo como: “o turismo inclui as atividades de deslocamento e de permanência em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, de negócios ou outros propósitos” (OMT as cited in Goeldner et al, 2002, p.24).

Mesmo com a crescente abordagem econômica para a conceituação do turismo, é fundamental destacar que este tem uma abrangência em outros aspectos. Beni (1998) propõe que os estudos sobre isso sejam trabalhados dentro de uma perspectiva sistêmica que compreenda que há sempre uma influência das atividades em quatro subsistemas em um conjunto de relações ecossistêmicas: o econômico, o social, o ambiental e cultural (SIStur).

Mendes (2022) apresenta que as abordagens sistêmicas como a de Beni podem ser categorizadas em três fases: O primeiro período (1960 a 1980) é onde há o início do uso da perspectiva sistêmica para compreender o turismo. No segundo período (1981 a 2001) há maior aprofundamento dos estudos, tendo como referência a Teoria Geral de Sistemas (onde o primeiro modelo de Beni se enquadra) e um enfoque no econômico. No terceiro período (2002 a 2022) a abordagem economicista começa a ser atenuada e novas perspectivas agregam aspectos sociais, culturais e ambientais em seus estudos. (Mendes, 2022)

Atualmente, há um movimento de aproximação das teorias sistêmicas com a complexidade. Esta abordagem teórica nomeada de Complexa/ECOSSISTÊMICA, tem base nos preceitos da Teoria da Complexidade (Tadioto, Jung de Campos, Vianna, 2022). Esta nova reflexão leva Beni a fazer uma releitura de seu modelo. A reconstrução do modelo do SISTUR pela teoria da complexidade:

[...] apreende como sistema vivo, que se auto-organiza e realiza sua autoprodução, ao mesmo tempo em que realiza a auto-eco-organização (o sistema é, simultaneamente, totalidade/parte, uma unidade global que é parte de outra unidade, tudo está interconectado com tudo, homem e natureza), e a sua auto-ecoprodução (só é possível o ser, a existência e a vida em um sistema-organização), pois ele está envolvido em um ambiente externo que se encontra, ele mesmo, integrado a um sistema eco-organizador, o ecossistema (Beni & Moesch, 2017, p. 449).

A visão de Fratucci (2014) também compreende o turismo como uma atividade complexa, que estabelece uma relação entre vários níveis e coloca o espaço como ponto de partida para a compreensão desse fenômeno.

O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto. Cada um dos agentes sociais age e interage com os outros agentes sociais de maneira quase sempre aleatória, sazonal e diacrônica, o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou completo. Entretanto, esse movimento entre os diversos agentes sociais sempre se dá em uma dimensão espacial específica, o que torna o espaço um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo (Fratucci, 2014, p.90).

As abordagens complexas são um caminho para a construção de uma epistemologia que contraponha modelos economicistas do turismo. Outro exemplo é a abordagem de Santos (2022) que utiliza a complexidade para compreender a distribuição dos atrativos naturais em um Circuito Turístico ao explicar como aglomerados de atrativos tem uma maior potencialidade para o desenvolvimento do turismo do que quando estão separados.

De forma crítica, mesmo tendo se transformado em abordagem científica, a perspectiva do turismo a partir de um recorte temporal aparenta restringir a atividade a uma consequência do capitalismo. Só pode ser considerada a de início a um determinado evento, com considerações inerentes a um tempo histórico. Parece perigoso estabelecer uma ciência sobre uma atividade dependente de um momento econômico da história do ser humano, e, mais frágil ainda, pensar que há a possibilidade de acabar no caso do estabelecimento de um novo modelo econômico. Esse recorte epistemológico pode ser tomado por outras disciplinas, como a Geografia, por exemplo, que estabelece modelos de análises focados em compreender esse fenômeno em sua abrangência espacial. Todavia, independente da abordagem, surge uma dúvida se é ontológico ao ser humano a realização de deslocamento com uma finalidade que não esteja atrelada a suprir suas necessidades básicas. Será que há algo na natureza humana que o condiciona a descobrir novas paisagens? Há uma potencialidade em compreender como o ser humano ocupou áreas inóspitas? Foi apenas como fuga de lugares amplamente concorridos ou a percepção da paisagem e a categorização estética dessa como bela também foi um fator determinante?

4. O conceito de paisagem na Geografia

O conceito de paisagem é polissêmico. De forma intrigante, até mesmo no meio das abordagens geográficas estabelece diferentes definições e metodologias de abordagem. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1925, Carl Sauer trata a paisagem alemã como o foco da Geografia: “A tarefa da geografia é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico, que envolve a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor da variada cena terrestre” (Sauer, 1998, p.11). Para o autor, o conceito de

paisagem pode ser definido como: “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo, físicas e culturais” (Sauer, 1998, p.23).

Nesse contexto, Claval (2007), dentro de uma proposta da geografia humana, traz a seguinte reflexão sobre a paisagem:

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos (Claval, 2007 p.14).

Uma outra definição de paisagem surge na Rússia como uma forma de identificar as estruturas da natureza. Na geografia soviética, a geografia física se apropriou dos conceitos de paisagem (*landschaftovedenie*) para compreender os espaços pela análise geossistêmica (Berutchachvili & Clopés, 1977).

Assim, de forma simples e sintética, a paisagem na Geografia foi delimitada a dois enfoques: um voltado à materialidade da natureza e a sua relação do homem natural e um voltado ao homem e a sua relação com a natureza na formação de estruturas de culturas (Schier, 2003).

No Brasil, Santos (2002), quando trabalha a paisagem, busca fazer uma diferenciação entre esta e o espaço, afirmando ao último uma animosidade, enquanto àquela uma característica estática. Em sua visão, a paisagem possui uma perspectiva materialista. É a percepção do espaço, formada por um conjunto de objetos técnicos que foram acumulados ao longo da história. “Um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. ” (Santos 2002, p.12). O autor relaciona a categoria a uma multitemporalidade na forma que a paisagem acumula tempos históricos que são concretizados em um único momento.

Além da característica materialista da paisagem, há um outro ponto a se destacar. Segundo Meneses (2002), não há paisagem sem um observador, pois, esta só se materializa quando percebida.

Não há paisagem sem um observador. A percepção visual é, dessa forma, uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem. Denis Cosgrove (1998: 11) chega a postular que, antes de mais nada, paisagem é um modo de ver. Modo de ver projetado na superfície da terra e dispendo de suas próprias técnicas e formas compositivas. A paisagem, portanto, deve ser considerada como objeto de apropriação estética e sensorial. Consequentemente, não se pode negar que ela tenha uma natureza objetiva, que seja um objeto. É, sem dúvida, uma forma, mas não se define por aí. É algo material, bem real, que se dá à percepção. Porém, considerá-la antes de mais nada como objeto (portanto um dado, um a priori) é ainda permanecer em um horizonte restrito que não seria suficiente para dar conta de todas as dimensões do fenômeno. A coisa percebida e sua representação (conceitual, visual, verbal, etc.) que existem simultânea e simbioticamente (Meneses, 2002, p.32)

Para o contexto metodológico deste trabalho, a paisagem é constituída dentro de uma perspectiva que busca envolver todas as citadas. A hipótese é que esse pensamento não seja linear, mas cíclico, ou melhor, que seja complexo (Morin, 1977; 1990). Envolve a paralaxe de duas entradas, uma física e uma antropossocial. Estas duas entradas têm temporalidades diferentes. A primeira é regida pelo tempo geológico, é a velocidade da natureza nos processos, que podem durar éons, eras, períodos, épocas e etc. O segundo tempo é o tempo da humanidade, regido pelos tempos históricos e perceptíveis ao humano. A paralaxe destes tempos é apreendida através da percepção de um observador. Este é o ponto chave da reflexão. Ou seja, a apreensão da paisagem volta em um processo de "feedback" que vai orientar a produção de novas estruturas (Santos, 2020).

5. Turistificação e o novo significado dos lugares

A turistificação é o processo de apropriação de trechos do espaço pelos diversos agentes sociais produtores do turismo. O resultado é um dos fenômenos socioespaciais mais dinâmicos da economia global da atualidade (Fratucci, 2014).

Outrossim, o processo de desenvolvimento do turismo é responsável pela modificação das paisagens, pois cria-se uma nova racionalização no espaço determinando significados diferentes para objetos e ações básicas do contexto espacial. É uma máxima no Turismo que a atividade turística deva maximizar os pontos positivos e minimizar os pontos negativos. (Machado & Alves, 2014; Medeiros, 2013; Pocidonio & Silva, 2014; Scótolto & Panosso Netto, 2015; Silva, Chagas & Marques Júnior, 2016). Porém, uma redução dos conceitos de “positivo” e “negativo” simplifica o processo a um nível perigoso, porque facilita a tomada de decisões, mas cria-se um conceito de interesse comum que nem sempre é verdade. Os “interesses difusos” são muitas vezes evocados como forma de impor uma racionalidade dominante sobre populações tradicionais e nações subdesenvolvidas que ainda não foram abarcadas pelo processo de globalização (LEFF, 2021). A nova racionalidade que vai surgir é intencional e direcionada. Mesmo que surja em processos participativos, vai focar em um interesse que é o lucro. Haverá turismo em uma localidade se não houver isso? Nesta situação, a abordagem de análise do turismo como parte do capitalismo ganha um ponto. Mas, observar apenas por essa ótica e não enfatizar e elevar outras questões ao mesmo nível de importância, reduz a atividade apenas a um tipo de serviço prestado. Ademais, o turismo como atividade pode enriquecer as inter-relações socioculturais entre pessoas, povos e nações. Por isso deve-se desmistificar o diferente e unir os iguais. Além disso, é necessário um planejamento para alcançar os objetivos benéficos da atividade:

O planejamento turístico dá início ao processo de turistificação, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos (Issa & Dencker, 2006, p.2).

Nesse raciocínio, há uma questão: como padronizar um lugar para o que vem de fora, mas manter o que há

dentro? O desejo de atender cria uma tendência à padronização e à hegemonização e criam simulacros no espaço. Esse é o processo de turistificação, a prática de transformar o espaço racional, desenvolvido por relações entre homens e natureza, em uma readaptação para uma nova racionalidade pautada no capitalismo e, conseqüentemente, nos processos globalizados hegemônicos. Este não é natural e nem puramente danoso, é uma prática comum nos tempos técnicos-científicos-informacionais, mas que estabelece influências em diferentes lugares de acordo com o nível econômico e social de cada lugar.

Para Knafou (2001), o turista é o ponto principal para que se inicie um processo de turistificação, haja vista que através do seu deslocamento em direção ao objeto de consumo (uma localidade turística), é que se manifesta a atividade turística. Porém, são o mercado e o Estado, juntos, os grandes promotores das localidades turísticas, ou como sugere o autor, dos territórios turísticos. (Araújo & Vargas, 2013, p. 28)

Porém, a paisagem não é descoberta pelo turismo. O termo mais adequado seria invenção. O conceito de descoberto, na verdade remete ao fato de que, a partir daquele momento, será proposta uma nova leitura dos contextos sócio econômicos daquele lugar para traduzir aquela realidade de acordo com outra perspectiva. Para Knafou (1991), a invenção do lugar turístico começa, portanto, com um desvio do uso tradicional do território, uma nova leitura de um determinado território, culminando em um duplo movimento, sendo o primeiro, um processo de desvio do uso dominante do lugar pelo poder subversivo do turismo, e o segundo a incorporação de novos territórios ao local turístico. Nesse processo, os atores produtores da paisagem se tornam espectadores, pois novas regras de funcionamento do lugar são estabelecidas. Assim, o lugar que se tornou turístico só existe pelo e para o turismo.

6. O processo de instrumentalização

A palavra instrumentalização tem utilização nos campos científicos, mas de forma genérica e polissêmica. Assim, pensar nessa palavra no sentido de transformar algo em um meio para alcançar um fim tornou instigante a ideia de aprofundar mais neste conceito para debater a questão da paisagem e do turismo.

De acordo com Arendt (2007), o homo Faber é uma parte da condição humana. “[...] o animal laborans (o indivíduo dedicado ao trabalho e as carências do corpo) trabalha para consumir produtos adquiridos pelo seu esforço, o homo faber, pela sua capacidade de fabricação, cria objetos para serem usados e perdurarem no mundo” (Souza, 2013 p. 23).

Dessa forma, o debate sobre a instrumentalização paira sobre os “fins e os meios”, sobre o fato de reduzir a natureza à sua finalidade, rebaixa tudo à racionalidade e à potencialidade do ser humano de transformar a simples natureza em algo útil, agregando valor apenas àquilo que é resultado do trabalho.

A «instrumentalização» de todo o mundo e de toda a terra, está limitada pela desvalorização de tudo o que é dado, este processo de crescente ausência de significado no qual todo fim se torna um meio e que só pode terminar quando se faz do próprio homem o amo e senhor de todas as coisas, não decorre diretamente do processo de fabricação; pois, do ponto de vista da fabricação, o produto acabado é um fim em si mesmo, uma entidade independente e durável dotada de existência própria, tal como o homem é um fim em si mesmo na filosofia política de Kant. (Arendt, 2007, p.170)

Nesse pensamento, a reflexão das paisagens sobre a ótica da instrumentalização leva ao questionamento sobre a relação entre a paisagem e o ser humano. A paisagem é ou não é resultado da ação humana e depende da percepção humana? Como já defendido, vem da relação entre uma paralaxe de duas interfaces que é percebida pelo ser humano. Não é apenas um fim ou um meio, é um sistema complexo que envolve múltiplas perspectivas e um observador. Não é apenas a apresentação estática da natureza apropriada, pois obviamente tem em suas características a tomada da natureza com uma finalidade, mas não se resume apenas a isso.

Dessa forma, a redução da natureza, de um objeto, ou mesmo da paisagem à sua finalidade é uma desvalorização do seu real significado e uma redução de sua existência à realidade humana. A paisagem é fruto da interação do ser humano com a natureza em uma relação sintrópica, não apenas um meio para uma única finalidade.

Trazendo a discussão para o Turismo, nesse ponto, o significado da paisagem é discutido. Como abordado, o turismo cria um novo significado para as relações entre o território e o lugar, assim, novas forças hegemônicas globalizantes surgem para criar uma nova finalidade para as paisagens. Segundo Souza (2013), ao discorrer o pensamento de Arendt, afirma que o homo faber influencia não só o espaço do labor, mas também da esfera pública. O turismo funciona como recurso em um processo de afirmação política, e o resultado são as representações que utilizam e manipulam símbolos com o objetivo de reforçar os modelos hegemônicos e controles políticos (Pérez, 2009). Uma forma de imperialismo. Além disso, Nunes (2017) traz a ideia de que há uma paisagem artefato vinculada a uma ideologia dominante. Segundo Fratucci (2014), o turismo enfatiza a visão econômica e, como é baseado no modo de produção neoliberal, privilegia sempre os interesses do capital financeiro. O poder público, por sua vez, sempre segue essa ótica para orientar os rumos do turismo em detrimento das demandas e interesses dos demais agentes sociais.

Contudo, dentro da percepção da Geografia é amplamente divulgada a concepção de Milton Santos de produção do espaço geográfico tendo como uma das bases a técnica. No contexto técnico-científico-informacional, o ser humano tem a capacidade de transformar a primeira natureza pela técnica em um espaço geográfico. Nessa perspectiva, o conceito de racionalidade trazido por Santos (2002) como condição instrumental questiona se isso é um atributo do ator ou do objeto. Assim, a instrumentalização da paisagem através da racionalização turística delega-a mais das características da população local ou a intencionalidade dos planejadores e dos gestores?

7. Pensar a paisagem de forma geográfica pelo Turismo.

O conceito de paisagem é considerado uma categoria de análise da Geografia (Moreira, 2011). Como já apontado, mesmo facilitando a delimitação da área de estudo em relação a sua perspectiva e escala, há uma tendência de absorver, dentro de um recorte epistemológico, uma metodologia de abordagem pautada em análises que não abranjam a complexidade e a totalidade do que realmente quer ser estudado. Da mesma forma, dentro da pauta de metodologias de análises, a definição e a estruturação do conceito de paisagem tem uma perspectiva polissêmica.

Já no Turismo, as abordagens transpassam os conceitos de forma transversal, talvez não de propósito, mas pelo desconhecimento do cânone epistemológico de conceitos da Geografia. Por um lado, a abordagem perde a profundidade das metodologias geográficas, mas por outro consegue transpassar (de forma complexa ou inocente) uma segmentação conceitual. O fato é que, dentro da proposta complexa, as duas perspectivas se completam para uma avaliação mais próxima sobre a ontologia dos objetos.

Segundo Meneses (2002), a paisagem é um dos motores fundamentais do turismo. Entretanto:

O que, pois, merece reflexão, não é a dimensão econômica da paisagem e do contexto em que se insere seu consumo, mas a própria transformação da paisagem em mercadoria. Este mecanismo começa por esvaziá-la de sua concretude e densidade próprias, reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaados infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes. Por isso, são objeto apenas de sensações, nem mesmo de percepção, muito menos de consciência (Meneses, 2002, p.56).

Há fatores negativos neste processo que atingem principalmente a cultura e que abrangem todas as dimensões da existência humana (Meneses, 2002). Este processo de estabelecimento de novos significados da paisagem em uma racionalidade econômica necessita ser direcionado através de uma nova narrativa. Até mesmo os guias turísticos (em carne e osso, impresso, audiovisual ou eletrônico) têm como objetivo decifrar a paisagem de forma a enfatizar a ótica dominante em vez de fazer com que o turista estabeleça uma visão própria da relação entre a sua percepção e a paisagem. Da mesma forma que a interpretação da paisagem pode criar uma ênfase em aspectos culturais, valorizar a identidade e pontos que têm real significado para as comunidades, pode também ser uma ferramenta para a inserção da lógica hegemônica. Assim, o discurso pode vir a alienar e abstrair as paisagens de seu contexto.

Dessa forma, Meneses (2002) propõe:

A paisagem, em nossa sociedade, é mercadoria, não há dúvida, e pretender negar-lhe este caráter seria uma utopia irresponsável. Isto não significa, porém, aceitar que a natureza da paisagem deva ser a de mercadoria. Aqui é que se encontra um nó que é necessário a todo custo desfazer. O problema mais amplo, aliás, é que não é possível admitir a naturalização da natureza como mercadoria (Meneses, 2002, p.60).

Nesse sentido, a paisagem é tomada como mercadoria, mas o problema central não é esse. Isso ocorre, quando esta é abstraída de um contexto e tomada por uma racionalidade capitalista dominante, criando simulacros da realidade, abstraindo as comunidades locais de seu contexto socioeconômico e histórico-cultural, pois deve primeiramente ser produzida e destinada para seus habitantes. Não é negar o desenvolvimento do turismo nas paisagens, mas manter, através de uma política ética, o mais consistente possível as relações do lugar. A globalização alcança os lugares mais distantes da terra, mas “o turismo e a paisagem têm enorme e inegável potencial de fecundação mútua e de enriquecimento da vida” (Meneses, 2002, p.61).

8. Áreas protegidas e a gestão das paisagens no Brasil

As paisagens naturais do Brasil que apresentam potencial turístico tendem a se tornar Unidade de Conservação. Estas unidades são regidas pela lei 9.985, de 16 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) que as define no Artigo 2 como:

“1 - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000, art. 2).

São divididas em cinco categorias de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável. No primeiro grupo, destaque para os Parques Nacionais (PARNA) que são criados com foco na atividade turística e no segundo grupo, destaque para as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que é o caso do exemplo a seguir e é definida como:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Brasil, 2000, art. 15).

As Unidades de Conservação têm como objetivo, dentre outros, preservar os recursos biológico, incentivar o turismo e as práticas de educação e interpretação ambiental, mas também visam “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.” (Brasil, 2000, art. 4).

Apesar do embate entre os interesses locais e os desafios da gestão pública, Sancho (2017), afirma quanto discorre sobre o Parque Nacional da Serra do Cipó:

Isso significa considerar o potencial dos parques enquanto instrumento de promoção de inclusão socioespacial e de melhores condições de vida para as populações locais, traduzidos, por exemplo, no incentivo a projetos conservacionistas, capazes de garantir a manutenção das formas de uso e apropriação que essas comunidades estabelecem no território, valorizando assim seus modos de vida e, ao mesmo tempo, contribuindo para o alcance dos objetivos das áreas de proteção. (Sancho, 2017, p.331)

Outro tipo de dispositivo de proteção dentro da legislação brasileira são as Áreas de Proteção Permanentes (APP), que são definidas como: “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Brasil, 2012).

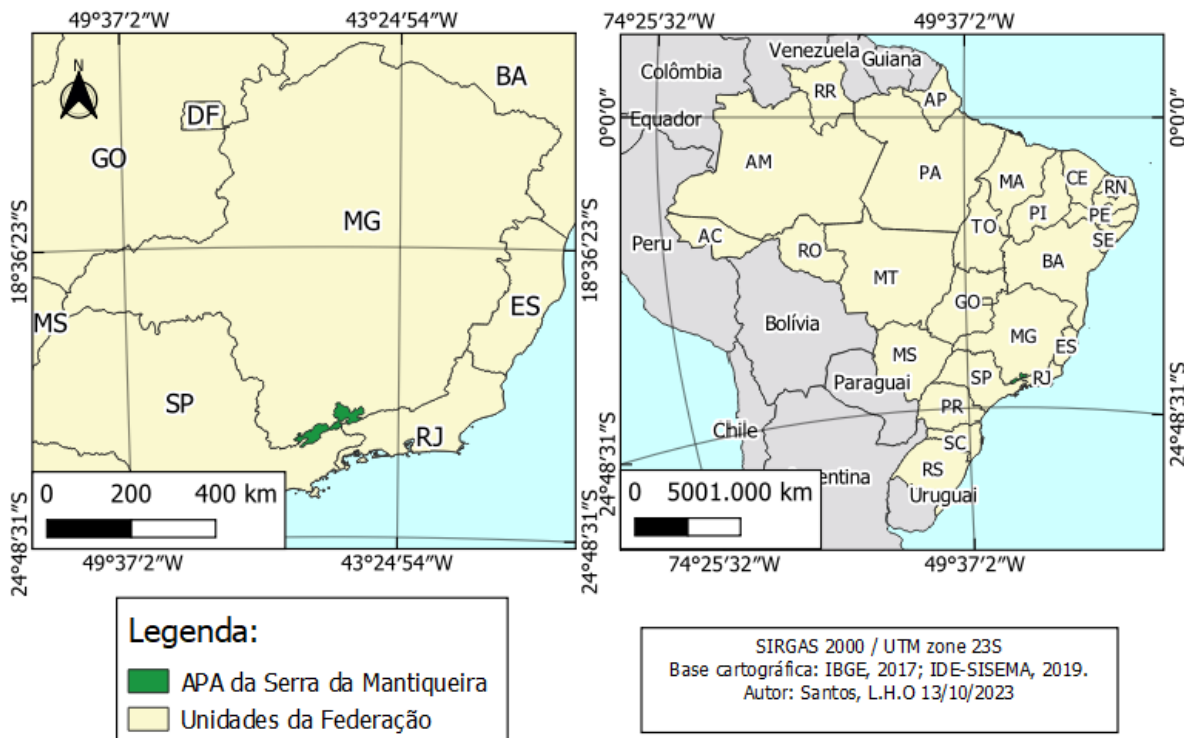
Segundo Santos (2023), no caso do exemplo a seguir, toda a área da Serra Fina se encontra dentro de área de APP e conseqüentemente o uso deve ser de acordo com o que é proposto pela legislação.

9. O caso da Serra Fina

A Serra Fina é um complexo de intrusões cristalinas de elevadas altitudes para o contexto geomorfológico brasileiro (Santos, 2020; 2021; Marques Neto, 2017; 2018). Nesta localidade estão alguns dos pontos mais elevados do Brasil, com destaque para a Pedra da Mina (2798,4m.), quarto ponto mais elevado; e o pico dos Três Estados (2665,0m.), o décimo ponto mais elevado. Há outros pontos com grandes altitudes que também podem ser destacados, como, por exemplo o Alto Capim Amarelo (2392,0m.) (IBGE, 2012).

Localizada na Serra da Mantiqueira, entre os estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), está inserida integralmente dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira (Figura 1). A categoria de Unidade de Conservação APA tem como proposta o desenvolvimento do uso sustentável de seus recursos (BRASIL, 2000). A área é extensa e conta com poucos funcionários, o que dificulta a atenção com determinadas questões mais específicas. Um dos recursos para contornar esse problema é o Programa de Voluntariado do ICMBio, que, segundo Massi *et al* (2021), teve papel fundamental em ações de campo como o manejo de trilha.

Figura 1
Localização da APA da Serra da Mantiqueira



Fonte: elaborado pelo autor.

Essa APA conta com um plano de manejo que categoriza a Serra Fina dentro da área mais intangível e restritiva da unidade, a Zona de Conservação da Vida Silvestre (Brasil, 2018). Sobre esta zona:

Definição/Conceito: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido mínima ou pequena intervenção humana, sendo admitido uso direto dos recursos naturais apenas nas áreas consolidadas, conforme estipulado na legislação. Objetivo Geral: conservar o ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, propiciar um ambiente primitivo para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo ou mínimo impacto. Critérios de zoneamento: áreas com altitude acima de 1.800m, os contínuos de vegetação nativa em estágio médio ou avançado e porções territoriais conhecidas como contínuos ecológicos dos espigões da Serra da Mantiqueira, especialmente nas porções central e sul., excluem-se áreas de UCs de Proteção Integral e das RPPNs, que integram a Zona de Sobreposição Territorial e áreas cujas características determinam classificação de zoneamento de forma diversa. (Brasil, 2018, 18)

Além da APA da Mantiqueira, há outras categorias de Unidades de Conservação que abrangem partes desta área fazendo uma sobreposição que são categorizadas como Zona de Sobreposição Territorial (ZST).

Além das características geológicas e geomorfológicas citadas, abriga um fragmento de fauna e de flora raros

devido às características físicas, principalmente climáticas e litológicas, do lugar. Destaque para as paisagens com o predomínio de florestas nebulares e campos de altitudes, ecossistemas associados à Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2

Vista dos Campos de altitudes da Serra Fina.



Fonte: próprio autor

Sapucahy (2006) apresenta uma revisão histórica das primeiras atividades nas trilhas da Serra Fina e que, talvez pela proximidade com as Agulhas Negras ela não tenha chamado tanta atenção à produção científica e cultural. Transcreve alguns trechos do livreto “Caminhos da Aventura - Serra da Mantiqueira” de autoria de Sérgio Beck que descreve como a área era de difícil acesso. Também aponta o início do processo de turistificação:

Se é que se pode chamar de turismo esse fluxo de montanhistas, o processo de turistificação, ou de produção do espaço turístico da Pedra da Mina, tem início em julho de 1999, com uma matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, que trazia a notícia de que o Secretário de Turismo da prefeitura de Queluz/SP estava empenhado em conseguir que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - reconhecesse a Pedra da Mina como a montanha mais alta da Serra da Mantiqueira e do Estado de São Paulo. A intenção era o reconhecimento da cota 2796 metros, registrada na carta do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC - (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo), em vez dos 2777 metros apontados na carta produzida pelo IBGE. Essa “correção” da altitude era uma oportunidade de inscrever a cidade no circuito turístico das cidades históricas do Vale do Paraíba e região serrana da Mantiqueira e, assim, atrair investimentos e a consequente dinamização da economia local. (Sapucahy, 2006, p.41-42)

Em janeiro de 2000, Lorenzo Bagini, realizou uma expedição que apontou a altitude de 2796,8 metros o que garantiu a Pedra da Mina o posto de quarto pico mais elevado do Brasil ficando à frente do Pico das Agulhas

Negras. (Sapucahy, 2006). O Projeto Pontos Culinantes reviu as medições tendo como base o novo sistema geodésico utilizado pelos países da América do Sul, o projeto SIRGAS (Sistema de Referência Geocêntrico para as AméricaS) concluindo a altitude de 2798,39 para Pedra da Mina.

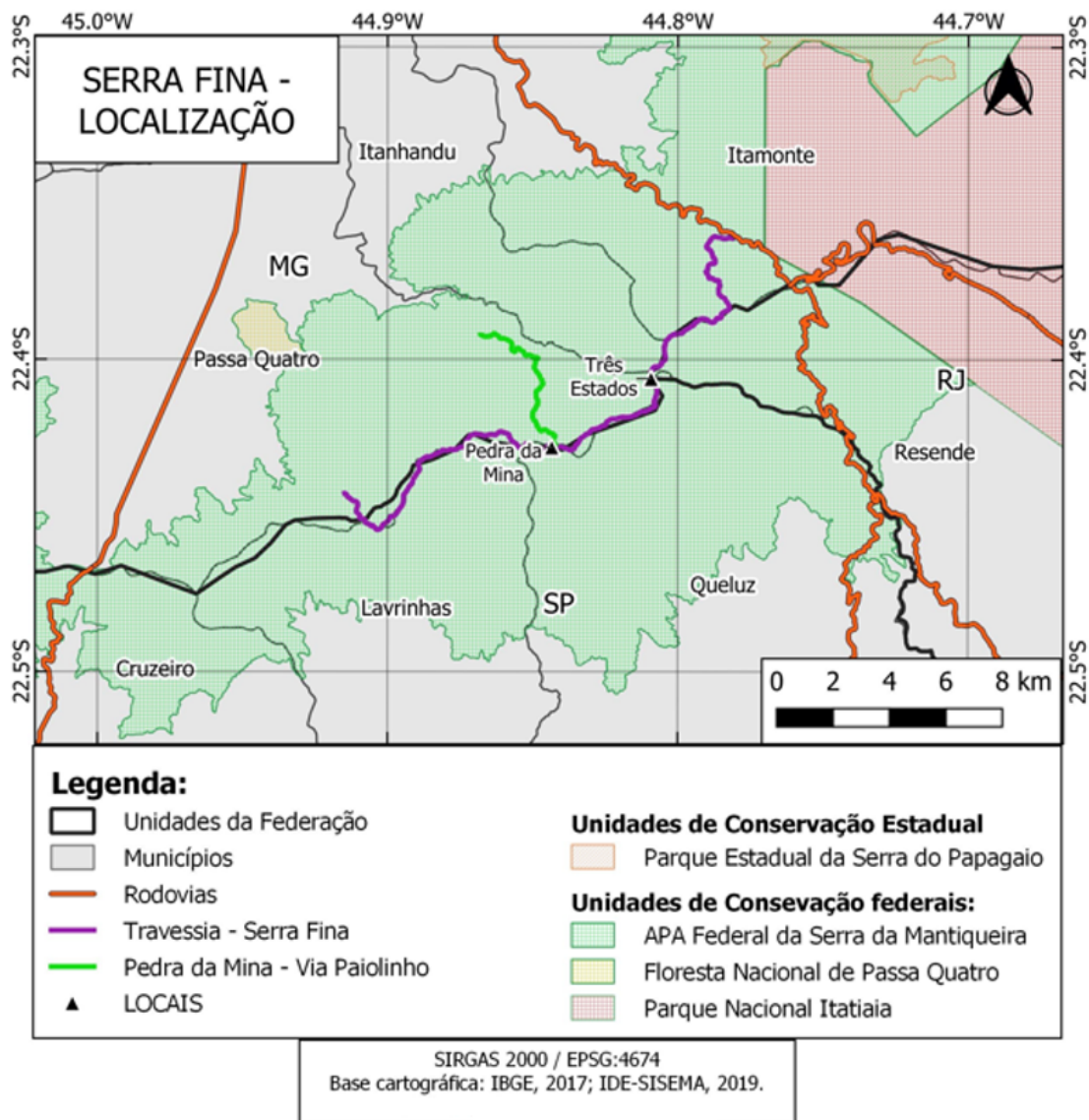
Próximo ao ano de 2000, a localidade começou a ser divulgada nas mídias. A popularização desta informação colocou a pedra da Mina e a Serra Fina no foco da atividade de montanha do Brasil criando uma crescente demanda para atividade de ecoturismo e de turismo de aventura nesta localidade. A consequência foi um crescimento exponencial da demanda que é visível quando se observa a quantidade de assinaturas no livro de cume deixado no local. Estes dados estão em processo de digitalização, o que vai garantir uma avaliação mais precisa do crescimento da demanda. A facilidade da divulgação de informações nas redes sociais e também o fato da travessia ter ganhado a fama de mais difícil do Brasil também colaboraram para este crescimento.

Entre 2009 e 2010 surgiu a proposta de criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira que incluiria a Serra Fina, mas a proposta não teve apoio popular nas consultas públicas e não foi concretizada (Menezes, 2015). Atualmente não há um estudo sobre a capacidade de carga da travessia.

Comumente, a travessia começa na Toca do Lobo em Passa Quatro (MG) e demora 4 dias, finalizando em Itamonte, na Hospedagem Nativa Serra Fina (antiga Fazenda do Pierre). Há um outro caminho pelo bairro Paiolino em Passa Quatro, que permite alcançar a Pedra da Mina em menos tempo, geralmente um dia (Figura 3). Para pernoitar, é necessário levar todo o equipamento para camping em área selvagem, já que não há estrutura de apoio.

Figura 3

Abrangência da APA da Mantiqueira sobre os municípios. Destaque para a travessia Serra Fina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo Santos & Pinto (2019), mesmo sendo uma área natural, que conta apenas com trilhas para serem feitas a pé, as atividades que ocorrem neste lugar são diferentes. Pode-se caracterizar basicamente dois grupos de pessoas que se apropriam da atividade: os montanhistas e os corredores de aventura. Os primeiros são pessoas que têm como objetivo realizar a travessia em um ritmo mais tranquilo, utilizando equipamento que permite o pernoite. Já os corredores de aventura são aqueles que buscam traspasar a serra ou atacar alguns picos da forma mais rápida, levando o mínimo necessário. Acontecem pelo menos dois eventos de corrida de aventura por ano na Serra. Categorizar a demanda em dois grupos é uma tentativa de generalizar, mas segundo as pesquisas de Santos & Pinto (2019), são várias as vontades e os desejos que levam as pessoas a frequentarem essa área, sendo citada a “espiritualidade” com frequência. Dentre os frequentadores, muitos são de cidades do entorno e utilizam a Serra para recreação e para treino, principalmente os moradores de

Passa Quatro, cidade onde se encontram os dois principais acessos citados.

Porém, no ano de 2020, em meio a pandemia do Coronavírus, o acesso e visitação à localidade foi restringido por decretos municipais. Mesmo com a restrição, devido à dificuldade de fiscalização, algumas pessoas ainda realizavam a travessia de forma irregular. Nos dias 16 a 28 de julho de 2020, um incêndio tomou a parte mais elevada da Serra, queimando uma área de 547,59 ha, sendo a maior parte de campos de altitude (Figuras 4 e 5). O evento causou uma grande comoção no meio do cenário do montanhismo brasileiro.

Figura 4

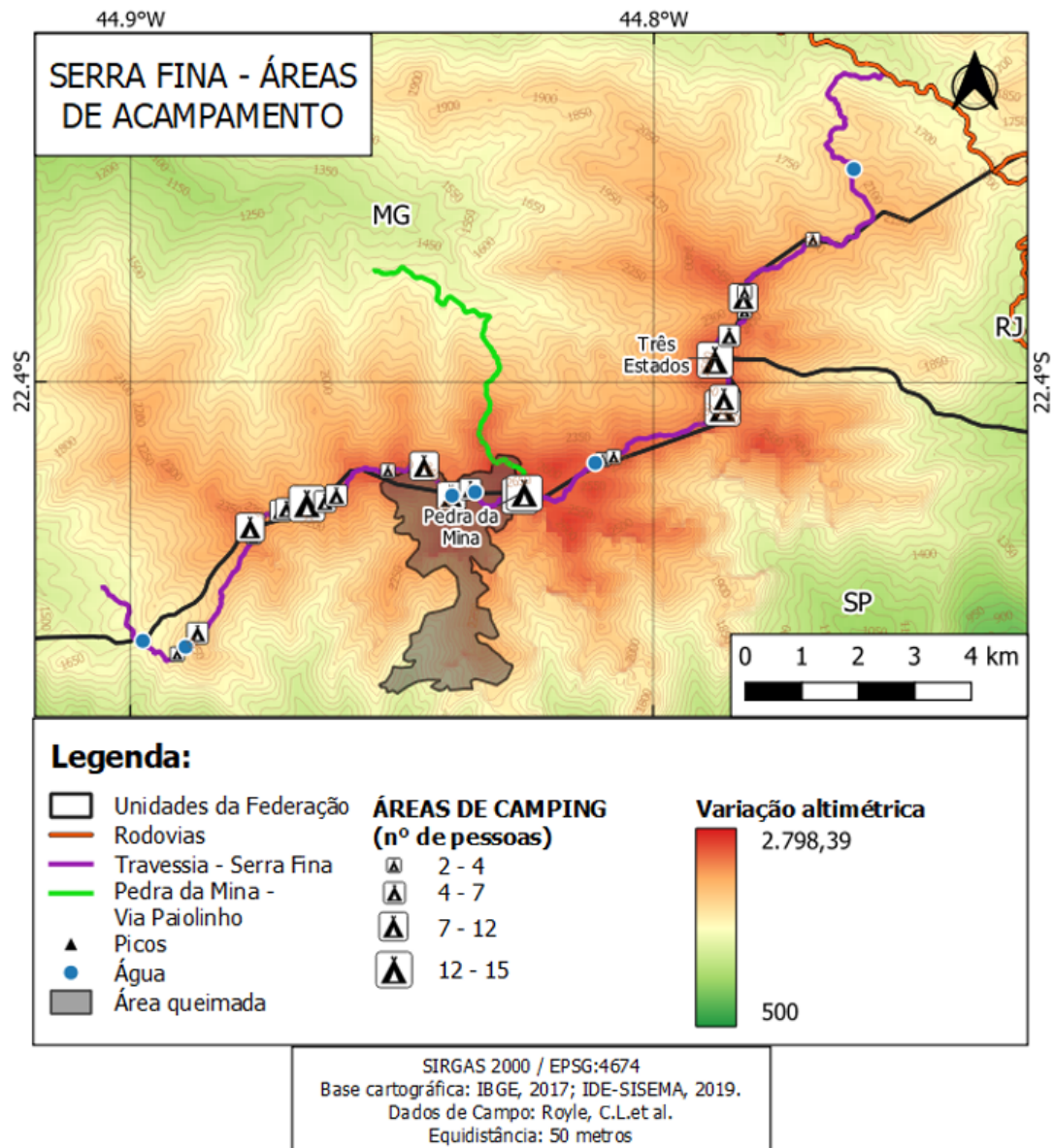
Imagem de umas das áreas mais afetadas um dia após o fim do incêndio.



Fonte: próprio autor.

Figura 5

Travessia Serra Fina e destaque para as áreas que sofreram com o incêndio.



Fonte: elaborado pelo autor.

Após cerca de uma semana, o incêndio foi controlado, mas levou a uma reflexão sobre a forma de melhor administrar e organizar a atividade turística na localidade de acordo com os mecanismos legais predominantes. Os gestores da APA da Serra Mantiqueira aproveitaram a comoção de guias proprietários e envolvidos para tentar estabelecer uma nova proposta de uso para a localidade. Além da criação de um grupo de acadêmicos de diversas Universidades brasileiras para pesquisar a área, foi fundada a Associação de Proprietários da Serra Fina (APSF) para planejar e gerir a atividade turística na área. Após alguns meses optou-se pela terceirização da regulamentação da atividade e a empresa “RUAH!” ficou incumbida pela função de gerir a área. No segundo semestre de 2022, a atividade turística retornou e possibilitou novamente o desenvolvimento do trabalho dos guias que tinham a Serra Fina como um dos principais produtos turísticos a serem vendidos.

A reabertura com a regulamentação das atividades contou com o apoio de muitos moradores, montanhistas e setores envolvidos, pois, além do incêndio, a Serra já sofria com o mau uso, enfrentando problemas como dejetos que não eram manejados de forma adequada e até eram visíveis descumprindo as regras básicas de distanciamento dos cursos hídricos. Outro ponto que causava desconforto eram as poucas áreas de camping, por causa da crescente demanda. Era comum uma competição para chegar primeiro e utilizar as melhores áreas, ocorrendo várias vezes de grupos não encontrarem áreas de camping e abrirem novas clareiras na mata. Algumas pessoas se posicionaram contra a regulamentação do espaço afirmando que a Serra estava sendo monopolizada pela associação de proprietários, pois estavam preocupadas com as abrangências das novas regras e da forma de uso, além da forma como este processo seria gerido. Com fins de justificar as entrelinhas, a APSF emitiu uma carta aberta afirmando que áreas têm posse e estão de acordo com a legislação.

Assim, a regulamentação contou com um impasse quando foi divulgada a tabela de preços e a forma de uso, principalmente quando foram estabelecidos os valores. Os preços criaram um desconforto entre os locais, pois afirmavam ser elevado para a realidade econômica das pessoas, contando que, muitos atletas de corrida de aventura das cidades do entorno utilizam a localidade para treinos. Talvez o que tenha mais causado desconforto é que os moradores só poderiam utilizar os descontos em uma última chamada (Figura 6). Após reuniões entre representantes das prefeituras, usuários da localidade e a empresa responsável, foi estabelecido uma nova política melhorando a condição para os locais. (Figura 7).

Figura 6 - Tabela de valores de *day use* e acampamento da Serra Fina para a reabertura após a administração da empresa RUAH!.

VALORES
day use e acampamento por pessoa

Entrada Integral	Entrada Moradores
Dia de Semana..... R\$30	Dia de Semana..... R\$15
Finais de Semana..... R\$40	Finais de Semana..... R\$30
Feriados..... R\$80	Feriados..... R\$30

MORADORES

Consideramos "Moradores" pessoas que residam em algumas das 5 cidades onde a Serra Fina se situa (Passa Quatro, Itanhandu, Itamonte, Lavrinha e Queluz), com apresentação de comprovante de endereço.

Os Acampamentos para Moradores estarão disponíveis em "Última Chamada", ou seja, dependerão de disponibilidade nas vésperas.

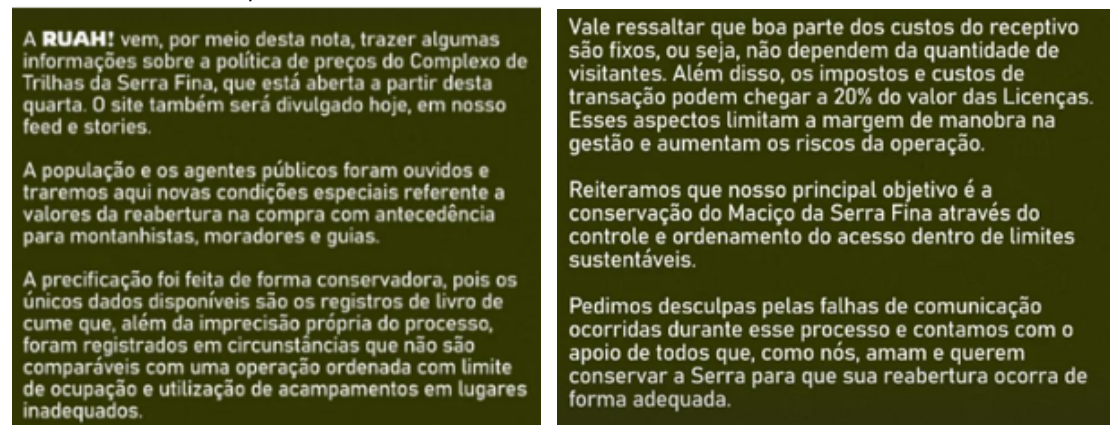
Mais informações serão divulgadas em breve.

O Valor Base dos roteiros serão estabelecidos de acordo com a quantidade de diárias ("Day Use") e quantidade de pernoites envolvidas ("Acampamentos").

Fonte: Instagram da Ruah! Ecoturismo (2022a). Acesso: 18 de agosto de 2022.

Figura 6

Comunicado da empresa RUAH!



Fonte: Instagram da Ruah! Ecoturismo (2022b). Acesso: 18 de agosto de 2022.

Portanto, no segundo semestre de 2022, a atividade turística está acontecendo e as reservas são feitas pelo site próprio da agência no endereço <https://trilhaserrafina.com.br/>.

10. Considerações finais

A atividade turística é complexa e estabelece a inter-relação, por exemplo, entre pessoas, lugares, culturas. No contexto de uma economia global hegemônica, trabalhar esta abordagem como um recorte temporal derivado do capitalismo restringe a potencialidade dos estudos. As ciências tecnológicas, por exemplo, estabelecem seus estudos em um recorte derivado de todo o avanço tecnológico proporcionado nas últimas décadas, mas não deixa de ser a ciência da técnica. Dessarte, não se nega que a tecnologia é uma forma de superar os processos técnicos estabelecidos pelo homem no início do seu processo civilizatório. Talvez, trabalhar o Turismo como estudo do deslocamento, mesmo que enfatize seu principal objeto de estudo nas últimas décadas e na relação entre o deslocamento e o capital, pode ser uma alternativa que abranja um maior recorte epistemológico e potencialize as pesquisas. Neste sentido, há uma tendência a novas abordagens metodológicas, como, por exemplo, a complexidade.

Nesse contexto, o conceito de paisagem é polissêmico e mesmo dentro da Geografia tem várias perspectivas e propostas. Portanto, a categoria de análise pode servir como metodologia de estudo de pesquisa e potencializar a compreensão das relações de forma profunda. Porém, justamente toda a intencionalidade fenomenal carregada pelo conceito, pode servir como forma de transformar o estudo da paisagem em uma abordagem complexa. Criar um conceito que estabeleça uma interface em vários campos da ciência, como foi feito aqui com a Geografia e o Turismo, permite observar objetos por uma perspectiva multiescalar e transversal em vários níveis de inter-relações.

Para mais, o processo de turistificação estabelecido como a tomada dos espaços pelo turismo, pode ser considerada a construção de novos significados dessas áreas que estabelecem novas relações. Em um

contexto capitalista, estabelece processos hegemônicos que criam uma nova racionalidade para as paisagens. Estas não são mais produzidas pelos locais e para os locais, mas passam a ser produzidas por agentes externos, compostos por outros elementos de acordo com uma perspectiva dominante. Assim, passa a ser produzida não para os de dentro, mas para os de fora. A paisagem é instrumentalizada, ou seja, não é mais vista como um fim, mas como um meio.

Neste contexto, o problema são as abordagens que a consideram apenas como resultado de um processo e criam uma perspectiva de que esta não tem um potencial de retroalimentar um sistema de relações. Em um outro nível escalar é um objeto, ou melhor, um sistema. Dessa forma, pode ser instrumentalizada e transformada em um meio de se alcançar um objetivo. As paisagens são apropriadas e instrumentalizadas pelo turismo, pois se tornam um meio para o desenvolvimento do capital. A apropriação destas pelo poder público ou agentes terceiros é uma forma de estabelecer uma organização dos espaços, mas, na prática, as adapta às relações com o capital.

No caso da Serra Fina surge uma lógica de apropriação comum em outras localidades. Em um primeiro momento há os descobridores da paisagem. Pessoas que utilizam a localidade como um paraíso perdido, um lugar que cria uma atmosfera de descoberta, de lugar inóspito e sagrado. Há uma crescente busca por estes lugares paradisíacos (o novo pitoresco), talvez impulsionados pela necessidade de aparecer nas redes sociais ou de fugir do estresse em busca de uma natureza selvagem. Isso cria grandes fluxos, nos quais, muitos não têm noções básicas da vivência em áreas naturais. Este último fato é justificado pelo grande número de resgates solicitados que mobilizam bombeiros e guias locais. A proximidade em relação às metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo também é um outro fator que influencia nessa crescente demanda.

A apropriação desses aventureiros é um primeiro momento comum às áreas, mas em um segundo momento, a população começa a recebê-los e logo enxerga a possibilidade da geração de recursos, oferecendo serviços de guia, de hospedagem, de transporte e de alimentação. Dessa maneira, a atividade turística sobre um atrativo começa a polarizar o entorno. Surgem as primeiras pessoas que passam a viver exclusivamente, ou quase, de atividades econômicas associadas ao turismo. Também chegam as primeiras operadoras sediadas nos grandes centros. Ademais, o número de atores que começam a agir se apropriando do território cresce e as desavenças afloram. A solução encontrada é uma trégua que envolve a gestão e a organização da área para tentar atender ao máximo de reivindicações possível dos grupos mais influentes. O resultado final de todo este processo é a criação de um novo significado para o lugar. As paisagens se tornam meios ou instrumentos para obtenção de capital tomadas por uma nova racionalidade.

O problema não é o turismo ou a apropriação que faz da paisagem e nem mesmo o processo de instrumentalização. A questão prejudicial está em criar uma racionalidade dominante que abstraia as pessoas da sua localidade, como criar relações falsas para estabelecer uma ótica tendo apenas como objetivo o lucro. Logo, há uma redução da potencialidade conceitual de aceitar que o turismo em sua essência é apenas um

processo hegemônico. Há muitas possibilidades em desenvolver uma atividade que estabeleça múltiplas relações e o intercâmbio entre povos e nações, que mostre às pessoas o diferente e desenvolva um sentimento de empatia, mais um processo de aprendizagem do que de ostentação e de poder. Assim, as paisagens possam ser produzidas, observadas e categorizadas fenomenalmente de acordo com relações e sinergias.

De forma geral, espera-se que este trabalho sirva como um exemplo para uma busca por abordagem transdisciplinar que envolva diversos campos da ciência. Trabalhar entre duas disciplinas ou mais envolve paciência e detalhamento de termos, pois os cânones epistemológicos podem criar polissemias. Um exemplo, são os conceitos de paisagem, de turismo e de sistemas na Geografia e no Turismo.

A abordagem, além de transdisciplinar, quando desenvolvida dentro das ciências sociais e que esteja definindo o futuro das pessoas, deve envolver a visão dos locais. Às vezes, a única forma de conseguir isso é diluir a narrativa dentro do subjetivismo de um artigo científico. As narrativas da comunidade são deixadas de lado em prol do “interesse comum”. Os locais correm o risco de se tornarem apenas espectadores de um debate entre a ciência e o mercado, confiando nessa perspectiva, as decisões sobre o seu futuro. Dessa forma, o embate entre a ciência e o mercado se sobrepõe à narrativa. Os locais, por sua vez, se apropriam de pontos dos discursos dominantes de acordo com seu interesse, levando a uma ruptura da racionalidade e criando conflitos dentro da própria comunidade.

A proposta aqui defendida são planejamentos e gestões realmente participativos, que envolvam e direcionem o desenvolvimento espacial em direções claras. Sem fugir do desgaste de debates, de conversas e de discussões, que, por mais que pareçam travar o processo, diminuem a possibilidade de conflitos futuros quando processos já estão consolidados e claramente beneficiam alguns e prejudicam outros grupos sociais.

Informação Suplementar

Autor

Luiz Henrique de Oliveira Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
luizserrafina@hotmail.com

Data de submissão: 2022-08-27

Data de aceitação: 2023-10-06

Data de publicação: 2024-06-30

Referências

- Araujo, C.; Vargas, H. (2013). Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 1, 23-41. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2013.3.002>
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. 10ª Edição. Editora Forense Universitária.
- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. Senac/SP.
- Beni, M. C., & Moesch, M. (2017). A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo – Visão e Ação*, 19(3), 430-457. <https://doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>
- Berutachachvili, N., & Clopés, J. M. P. (1977). Tendencia actual de la ciencia del paisaje en la unión soviética: el estudio de los geosistemas en la estación de martkopi (georgia). *Revista de Geografía*, 11(1-2), 23-36.
- Brasil. (2000). Lei nº 9.985 de 18/07/2000 (Brasil). *Diário Oficial da União*. <https://legis.senado.leg.br/norma/551861>
- Brasil. (2012). Lei nº 12.651 de 25/05/2012, Lei n.º 12651 (2012, 28 de maio) (Brasil). *Diário Oficial da União*. <https://legis.senado.leg.br/norma/589574>
- Brasil. (2018). Plano de Manejo da APASM. In: *Plano de manejo e web SIG da APA da Serra da Mantiqueira produto*. 6.2. abril.
- Claval, P. A. (2007). *Geografia Cultural*. 3ª edição. UFSC.
- Dias, R. & Aguiar, M. R. de. (2002). *Fundamentos do turismo*. Alínea,
- Fratucci, A.C. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo*. 14(1), 87-96.
- Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B., & McIntosh, R. W. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8ª edição. Bookman.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012). Anuário Estatístico do Brasil, v.72.
- Ignarra, L.R. (2002). *Fundamentos do turismo*. Thomson Pioneira.
- Issa, Y. S. M. de M., & Dencker, A. de F. M. (2006). Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. *IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006
- Knafou, R. (1991). L'invention du lieu touristique : la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. *Revue de géographie alpine*, 79(4), 11-19. <https://doi.org/10.3406/rga.1991.3624>.
- Leff, E. (2021). *Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida* (J. Calvimontes, Trad.). Editora da Unicamp. <https://doi.org/10.7476/9788526815414>
- Machado, S. F.; Alves, K. dos S. (2014) Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 5(3), 219-241. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/256>. Acesso em: 11 out. 2023.
- Marques Neto, R. (2017). O Horst da Mantiqueira Meridional: proposta de compartimentação morfoestrutural para sua porção mineira. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 18(3), 561-577. <https://doi.org/10.20502/rbg.v18i3.1118>
- Marques Neto, R. (2018). As regiões montanhosas e o planejamento de suas paisagens: proposta de zoneamento ambiental para a Mantiqueira meridional mineira. *Confins [Enligne]*, 35(1). <https://doi.org/10.4000/confins.13070>

- Massi, K., Ribeiro, S. C., Barros, R. R., Hellich, R. F. F. (2021). A construção de uma rede de apoio à conservação como resposta ao incêndio florestal da serra fina em 2020, APA da Serra da Mantiqueira. *Anais do Seminário Restaura Mantiqueira*, 1(1).
- Medeiros, L. da C. (2013). Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Revista Meio Ambiente E Sustentabilidade*, 3(2), 197–234. <https://doi.org/10.22292/mas.v3i2.181>
- Mendes, B. C. (2022). A perspectiva sistêmica no estudo do turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, 2615. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2615>
- Meneses, U.T. B. de. (2002). A paisagem como fato cultural. In: Yázigi, Eduardo (org.) *Turismo e Paisagem*. Contexto. p. 29-64.
- Menezes, D. (2015). *Comunicação e mobilização na gestão participativa de unidades de conservação: o caso da Apa da Serra da Mantiqueira* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/957958>
- Moreira, R. (2011). Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino de geografia. In: *Pensar e ser em geografia*. 2ª Edição. Contexto.
- Morin, E. (1990). Introdução ao pensamento complexo. 2ª Edição. Instituto Piaget.
- Morin, E. (1997). *O Método1: A natureza da natureza*. Europa-América.
- Nunes, N. da S. (2017). O conceito de paisagem e sua apropriação pelo turismo: o exemplo das imagens nas Baixadas Litorâneas (RJ). *Revista Tamoios*, 13(2), 118-129. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2017.26993>
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo cultural: Uma visão antropológica*. Colección PASOS edita, nº 2. Tenerife. ACA y PASOS, RTPC. 307p
- Pocidonio, E. A. L. & Silva, T. M. (2014). *Geografias e Turismo. Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, 5(2), 31-48.
- Ruah! Ecoturismo [@ruahecotur]. (2022a, August 18). [Imagem com os valores de *day use* e acampamento por pessoa da Ruah! Ecoturismo]. Retrieved from: <https://www.instagram.com/ruahecotur/>
- Ruah! Ecoturismo [@ruahecotur]. (2022b, August 18). [Imagem com uma nota de comunicação da Ruah! Ecoturismo]. Retrieved from // <https://www.instagram.com/ruahecotur/>
- Sancho, A. (2017). Ordenamento territorial e áreas protegidas: um olhar sobre o processo de criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 12. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 309-333, <http://dx.doi.org/10.17127/got/2017.12.014>
- Santos, L. H. de O. (2020). Pensamento geossistêmico e planejamento turístico: uma proposta para o Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, sudeste do Brasil. *Dissertação* (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado de: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12387/1/1/uzhenriqueoliveirasantos.pdf>.
- Santos, L. H. de O. (2021). *As paisagens das Terras Altas da Mantiqueira: Uma perspectiva local e geográfica*. Editora Haikai.
- Santos, L. H. de O. (2023). Áreas de Proteção Permanente (APP) do município de Passa Quatro / MG, de acordo com o novo código florestal (lei federal nº 12.651/2012). *Revista Meio Ambiente E Sustentabilidade*, 11(23), 89–105. Recuperado de <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/1031>
- Santos, L. H. de O., & Pinto, V. P. dos S. (2019). Questões territoriais entre turistas de montanha e corredores de aventura na APA da serra da Mantiqueira – Sudeste do Brasil. In Silva, R., Muhle, R., Paixão, W., Santos, J., Selva, V., Cavalcanti, E. & Pedrosa, B. (Org.), *Anais IX SAPIIS | IV ELAPIS 2019: Áreas protegidas e inclusão social em cenários de mudanças* (p. 330 – 335). Editora Massangana.
- Santos, L. H. O. (2022). A complexidade na compreensão dos atrativos naturais e o meio físico: um estudo sobre as Terras Altas da Mantiqueira, sul de Minas Gerais -Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e-2369. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2369>
- Santos, M. (2002). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- Sapucahy, M. L. R. (2006). *Pedra da Mina: visitaçao e impacto na trilha do Paiolzinho*. [Dissertação de mestrado, UNICAMP]. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287207>
- Sauer, C. O. (1998) A morfologia da paisagem. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. EDUERJ.
- Schier, R. A. (2003). Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. R. RA'E GA. n. 7, p. 79-85. Editora UFPR. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v7i0.3353>
- Scótolto, D. & Panosso Netto, A. (2015) Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 9(1), 36-59. <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554/505>
- Silva, V. H.; Chagas, M. M. & Marques Júnior, S. (2016). O papel da imagem do lugar e dos impactos percebidos e suas influências no apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo: um estudo em Genipabu. *Revista Interface*, 12(1), p. 5-19.
- Souza, V. S. de. (2013). *O homo faber segundo Hannah Arendt*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília].
- Tadioti, M.V.; Jung de Campos, L.; Vianna & S.L. G.(2022). Epistemologia do turismo: um estudo sobre as correntes teóricas predominantes nas publicações em turismo Ibero-Americanas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 2361. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2361>